**CONTRATO Nº 09/2017 - FMAS**

TERMO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO DE PASSAGENS RODOVIÁRIAS, que entre si celebram a SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL e a EMPRESA JOAÇABENSE DE TRANSPORTES COLETIVOS LTDA.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, representada neste ato pelo Secretário, Sr. JUCELINO JORGE FERRAZ, por intermédio do **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JOAÇABA**, com sede na Avenida XV de Novembro, 378, centro, Joaçaba - SC, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 02.247.113/0001-11 doravante denominado **CONTRATANTE**, e a **EMPRESA JOAÇABENSE DE TRANSPORTES COLETIVOS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.411.843/0001-08, estabelecida na Rua Dario Fontana nº 216 Bairro Centro no Município de Luzerna, SC, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr. Sr. EITOR HOPPEN, portador da Carteira de Identidade nº 11/R-383.597, inscrito no CPF/MF sob o nº 250.844.459-68, residente e domiciliado na cidade de Luzerna, SC, celebram entre si o presente TERMO DE CONTRATO, mediante cláusulas e condições que aceitam, ratificam e outorgam na forma abaixo estabelecida, tudo de acordo com o capítulo III da Lei nº 8.666/93 e alterações, e o e o Processo de Licitação nº 11/2017/FMAS - Inexigibilidade nº 03/2017/FMAS, homologado no dia 29 de dezembro de 2017**.**

## CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

* 1. O presente contrato tem por objeto o fornecimento pela CONTRATADA de passagens destinadas aos atendimentos do Programa Liberdade Assistida e aos benefícios eventuais, bem como, ao vale transporte dos servidores municipais lotados na Secretaria Municipal de Ação Social do Município durante o exercício financeiro de 2018.

 **CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA**

* 1. O presente contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2018, a contar da data de sua assinatura.
	2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelas servidoras: LEANDRA COSTENARO, e NATHÁLIA COSTENARO MASCARELLO, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA DE EXECUÇÃO**

* 1. A CONTRATADA deverá fornecer as passagens, de forma parcelada, em atendimento das solicitações do setor requisitante, cujo quantitativo total estimado será dividido proporcionalmente pelo número de meses do exercício financeiro de 2018.
	2. Os quantitativos discriminados na cláusula quarta deste contrato constituem mera previsão, dimensionados pela demanda atual, ficando a CONTRATADA obrigada a aceitar os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário observada a limitação legal.
	3. Os materiais deverão ser entreguesem até 10 (dez) dias, contados do recebimento pela CONTRATADA da Solicitação e da respectiva Nota de Empenho de Despesa, no local indicado pelo órgão requisitante, sem custos adicionais.

**CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, REAJUSTE E REVISÃO.**

* 1. O valor total ora contratado é de **R$ 9.550,00** (nove mil quinhentos e cinquenta reais), de acordo com os preços consignados na proposta apresentada pela CONTRATADA, conforme descrito abaixo:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| 500 | un | Passagens Mínimas – Vale Transporte | 4,10 | 2.050,00 |
| 1.000 | un | Passagens Máximas – Vale Transporte | 5,00 | 5.000,00 |
| 500 | un | Passagens Máximas – Liberdade Assistida – Benefícios Eventuais | 5,00 | 2.500,00 |
| **Total do Fornecedor** | **9.550,00** |

* 1. Nos preços contratados já estão inclusos além do lucro, taxas, fretes, impostos e descontos, quando for o caso, bem como todas as despesas diretas ou indiretas relacionadas com o fornecimento do objeto da presente contratação.
	2. O pagamento será realizado de forma mensal, até o 10º (décimo) dia útil do mês subseqüente ao vencido, de acordo com o quantitativo solicitado e efetivamente entregue, mediante apresentação do documento fiscal, atestado por servidor competente.
	3. O pagamento somente poderá ser efetuado após comprovação do recolhimento das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social), correspondentes ao mês da última competência vencida, compatível com o efetivo declarado, na forma do § 4º, do art. 31, da Lei nº 9.032/95, e apresentação de Nota Fiscal/Fatura atestada por servidor designado, conforme disposto nos artigos 67 e 73 da Lei 8.666/93.
	4. Os preços não serão reajustados.
	5. Os preços somente serão revisados quando houver alteração da tarifa fixada pelo DETER, devidamente comprovada, nos termos do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações, mediante requerimento devidamente instruído, a ser formalizado pela CONTRATADA.

.

## CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

* 1. Os recursos necessários ao atendimento dos custos desta contratação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

|  |
| --- |
| 2.071 – PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - CREAS |
| 3.3.90 – Aplicações Diretas.3.3.90 – Aplicações Diretas. |
|  |
| 2.073 – PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA – CRAS/PAIF/IDB/SCFV |
| 3.3.90 – Aplicações Diretas |
| 2.076 – PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - ABRIGO |
| 3.3.90 – Aplicações Diretas |
|  |
| 2.100 – MANUTENÇÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS |
| 3.3.90 – Aplicações Diretas |
|  |
| 2.019 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL |
| 3.3.90 – Aplicações Diretas |

## CLÁUSULA SEXTA – DO DOCUMENTO FISCAL

* 1. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá emitido para o FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, Avenida XV de Novembro, 378, CNPJ/MF 02.247.113/0001-11 e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação, contendo ainda número do empenho e do processo licitatório.
	2. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o contratante do ressarcimento de qualquer prejuízo para a CONTRATADA.

## CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES

* 1. **Responsabilidades do CONTRATANTE:**
		1. Tomar todas as providências necessárias quanto à fiscalização da execução do contrato.
		2. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com o estipulado neste instrumento.
		3. Conceder revisões contratuais toda vez que se verificar alterações no equilíbrio econômico-financeiro inicialmente estabelecido, mediante requerimento formal da protocolado pela CONTRATADA, devidamente instruído, com a comprovação do aumento dos custos.
		4. Providenciar a publicação resumida do contrato, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.
		5. Emitir, através do setor requisitante, a “Autorização” destinada ao fornecimento das passagens pela CONTRATADA.
		6. Orientar os usuários que necessitem do transporte, sobre os procedimentos para aquisição das passagens.
	2. **Responsabilidades DA CONTRATADA:**
		1. Entregar as passagens, de forma parcelada, mediante apresentação da “Autorização” emitida pelo setor requisitante do Município.
		2. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.
		3. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato.
		4. Manter regularidade nas linhas.

### **CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES**

* 1. Pelo atraso injustificado ou pela inexecução total do contrato, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções contratuais:
1. Advertência.
2. Multa, de até 10% (dez por cento) do valor contratado, no caso de descumprimento das cláusulas do presente contrato.
3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo de até 05 (cinco) anos.
4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.
	1. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea “b”, facultada a defesa prévia do interessado, no processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.
	2. O atraso injustificado na entrega das passagens sujeitará a CONTRATADA à multa de mora, no valor de R$ 50,00 (cinqüenta reais), por dia de atraso.
	3. A multa a que alude o subitem 8.3 não impede que a Administração aplique as outras sanções previstas em Lei.
	4. Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei, garantido o contraditório e a ampla defesa.

**CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO CONTRATUAL**

* 1. O contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:
1. Por ato unilateral escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XVII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93.
2. Amigavelmente, por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio de, no mínimo, 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardando-se o interesse público.
3. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.
	1. O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura ao CONTRATANTE o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.
	2. Fica reservado ao CONTRATANTE o direito de rescindir total ou parcialmente o presente contrato, desde que seja administrativamente conveniente ou que importe no interesse público, conforme preceituam os artigos 78, 79 e 80 da Lei nº 8.666/93 e alterações, sem que assista a CONTRATADA, direito algum de reclamações ou indenização, com exceção da rescisão com fulcro no art. 78, XII a XVII, em que será observado o disposto no art. 79, § 2º, da Lei 8.666/93.

# CLÁUSULA DÉCIMA - CONDIÇÕES GERAIS

* 1. Na execução deste contrato aplicar-se-á a Lei nº 8.666/93 e alterações, e ainda os preceitos gerais do direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.
	2. A declaração de nulidade deste contrato opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.
	3. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO**

* 1. Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste contrato, renunciando as partes a qualquer outro que lhes possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em 04 (quatro) vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 29 de dezembro de 2017.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

JUCELINO JORGE FERRAZ

EMPRESA JOAÇABENSE DE TRANSPORTE COLETIVO LTDA – EPP

Eitor Hoppen

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ 2. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_